



Simulado de Direito Processual Penal
(VUNESP/PC-SP/2014/ADAPTADA)

01) Em se tratando de processo penal, corresponde respectivamente uma fonte direta e uma fonte indireta: Lei e costume.

Comentário:

Conceito
Direito Processual Penal é o conjunto de atos cronologicamente concatenados (procedimentos), submetido a princípios e regras jurídicas destinadas a compor as lides de caráter penal. Sua finalidade é, assim, a aplicação do direito penal objetivo.
- O Direito Processual Penal é dividido em duas finalidades: * Imediata ou direta: Aplicação, em concreto, da Lei penal. Estado faz valer o Jus Puniendi. * Mediata ou indireta: Restauração da ordem violada pela prática do delito, por meio da aplicação da lei penal.
Fontes
As fontes se dividem em:
* Material: É o órgão, ente, entidade ou instituição responsável pela produção da norma processual penal.
* Formais: Forma que a norma é lançada no mundo jurídico. Podem ser Imediatas ou diretas (CF/88, Leis, Tratados e convenções internacionais) e mediatas ou indiretas (Costumes, analogia e princípios gerais do Direito).

Gabarito: Correto.

(CESPE/TJ-AC/2012)

02) De acordo com o princípio da aplicação imediata da lei processual penal, os atos já realizados sob a vigência de determinada lei devem ser convalidados pela lei que a substitua.

Comentário:

CPP/41. Art. 2º A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior. (Princípio do Tempus Regit Actum ou Efeito imediato ou Aplicação Imediata da lei processual)

Gabarito: Errado.

(CESPE/PC-GO/2016)

03) A atividade investigatória de crimes não é exclusiva da polícia judiciária, podendo ser eventualmente presidida por outras autoridades, conforme dispuser a lei especial.

Comentário:

CPP/41, Art. 4º A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

Parágrafo único. A competência definida neste artigo não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.

Gabarito: Correto.

(FCC/DPE-MA/2015)

04) O inquérito policial após seu arquivamento, poderá ser desarquivado a qualquer momento para possibilitar novas investigações, desde que haja concordância do Ministério Público.

Comentário:

CPP/41. Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

STF/Súmula 524

Arquivado o Inquérito Policial, por despacho do Juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas.

Gabarito: Errado.

(CONSUPLAN/TJ-MG/2018)

05) Nos crimes de ação penal pública, a queixa deve ser apresentada pelo ofendido perante o Delegado de Polícia, funcionando como causa de suspensão da prescrição.

Comentário:



Queixa-Crime

Meio utilizado nos crimes de **ação penal privada** por quem foi **ofendido** ou por meio o representante, expondo o fato criminoso e suas circunstâncias.

Na Ação Penal Pública o correto é denúncia e não queixa.

Queixa-Crime X Denúncia	
Ação Penal Privada	Queixa-Crime; Feita exclusivamente ao Juiz; Precisa de advogado.
Ação Penal Pública	Denúncia; Representação, sem precisar de advogado; Pode ser feita ao Delegado ou MP.

Gabarito: Errado.

(FCC/MPE-PB/2018)

06) No caso de morte do ofendido, a ordem preferencial para se exercer o direito de queixa, segundo o que dispõe o Código de Processo Penal, é cônjuge, ascendente, descendente e irmão.

Comentário:

CPP/41. Art. 31. No caso de **morte do ofendido** ou quando **declarado ausente** por **decisão judicial**, o direito de **oferecer queixa** ou **prosseguir** na ação passará ao **cônjuge, ascendente, descendente ou irmão**.

Direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará é **C.A.D.I.** (Cônjuge, Ascendente, Descendente **ou** Irmão)

Gabarito: Correto.

(FMP/MPE-RO/2017)

07) O instituto da serendipidade diz respeito àquela fonte que, por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

Comentário:

CPP/41. Art. 157. § 2º Considera-se **fonte independente** aquela que por **si só**, seguindo os **trâmites típicos** e de **praxe, próprios da investigação** ou **instrução criminal**, seria capaz de **conduzir ao fato objeto da prova**.

STF/HC 129.678/SP

O “**crime achado**” (serendipidade), ou seja, a **infração penal desconhecida** e, portanto, **até aquele momento não investigada**, sempre deve ser **cuidadosamente analisada** para que não se relativize em excesso o inciso XII do art. 5º da Constituição Federal. A **prova obtida mediante interceptação telefônica**, quando referente a **infração penal diversa da investigada**, deve ser considerada **lícita** se presentes os **requisitos constitucionais e legais**.

Gabarito: Errado.

(MPE-SP/MPE-SP/2017)

08) Os crimes que deixam vestígios, é indispensável o exame de corpo de delito, que só pode ser suprido pela confissão ou prova testemunhal no caso de desaparecimento de vestígios.

Comentário:

CPP/41. Art. 158. Quando a infração **deixar vestígios**, será **indispensável** o **exame de corpo de delito, direto (o perito realiza o exame de corpo delito diretamente sobre o vestígio deixado)** ou **indireto (o perito realiza o exame com base em informações verossímeis fornecidas a ele)**, **não podendo supri-lo a confissão do acusado.**

CPP/41. Art. 167. **Não** sendo **possível o exame de corpo de delito**, por haverem **desaparecido** os vestígios, **a prova testemunhal** poderá **suprir-lhe a falta.**

Gabarito: Errado.

(CESPE/PC-ES/2011)

09) A prisão em flagrante delito não é ato privativo das forças policiais.

Comentário:

CPP/41, Art. 301. **Qualquer do povo poderá (Sujeito Ativo Facultativo)** e as **autoridades policiais** e seus **agentes deverão (Sujeito Ativo Obrigatório)** prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.



Gabarito: Correto.

(UEG/PC-GO/2018)

10) Sobre a prisão, tem-se o seguinte:

Nos crimes hediondos, a prisão temporária tem, em regra, a duração de trinta dias.

Comentário:

Prisão Temporária
- Não está prevista no CPP/41;
- Tem prazo certo (05 dias + 05 dias) , porém, no caso de crimes hediondos ou equiparados o prazo será de 30 dias , podendo ser prorrogado por mais 30 dias ;
- Determinada apenas durante a investigação policial , mas nunca durante o processo criminal ;
- O Juiz não decreta e nem prorroga, de ofício , mas sim mediante representação da autoridade policial ou MP , mesmo que comprovada por tal autoridade a necessidade da prorrogação ou decretação.
- O rol para decretar prisão temporária é taxativo ;
- O prazo do Inquérito Policial é somado com o da prisão temporária ; (Corrente predominante)

Gabarito: Correto.